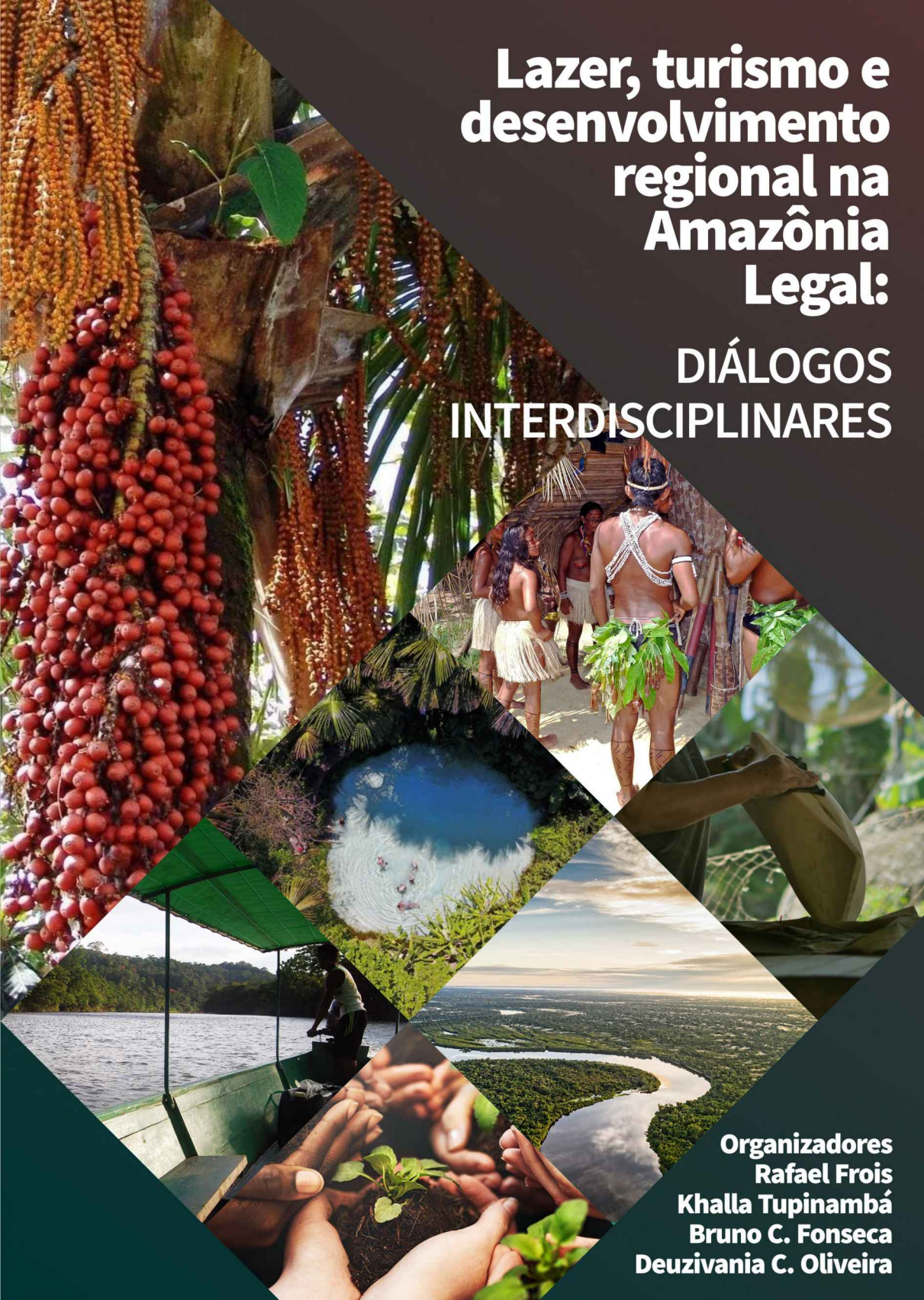


Lazer, turismo e desenvolvimento regional na Amazônia Legal:

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES



Organizadores
Rafael Frois
Khalla Tupinambá
Bruno C. Fonseca
Deuzivania C. Oliveira

ORGANIZADORES
Rafael Frois
Khalla Ribeiro Tupinambá
Bruno Costa da Fonseca
Deuzivania Carlos de Oliveira

**Lazer, Turismo e
Desenvolvimento
Regional na
Amazônia
Legal:**
DIÁLOGOS
INTERDISCIPLINARES

efeito sete

Copyright © 2021

Projeto Gráfico: Aron Rodrigo Batista

Diagramação: Efeito Sete

*Bloco de Pesquisadores(as) em Lazer e
Turismo do Norte do Tocantins – Buriti*

Líderes: Prof. Dr. Rafael Frois e Prof. Dra. Kênia Costa

Conselho editorial:

Prof. Dra. Ana Paula Guimarães Santos de Oliveira

Prof. Dr. Cleber Augusto Castro

Prof. Dr. Rafael Frois

Prof. Dr. Rodrigo Cardoso da Silva

Prof. Dra. Sabrina Mesquita do Nascimento

Prof. Dra. Kênia Gonçalves Costa

Prof. Dra. Poliana Cardoso Oliveira

Prof. Dra. Salete Gonçalves

*Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)*

**LAZER, TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA
AMAZÔNIA LEGAL: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES**

[livro eletrônico] / organizadores Rafael Frois, Khalla
Tupinambá Ribeiro, Bruno Costa da Fonseca, Deuzivania
Carlos de Oliveira; -- 1. ed. -- Foz do Iguaçu, PR: Efeito
Sete, 2021. PDF

Bibliografia

ISBN 978-65-993617-1-5

1. Lazer, Turismo e Desenvolvimento Regional

2. Amazônia Legal

3. Lazer e Turismo do Norte do Tocantins.

CDU: 338.48

379.85

2021

As informações e as imagens são de responsabilidade dos autores. A Editora não se responsabiliza por eventuais danos causados pelo mau uso das informações contidas neste livro.

EDITORA EFEITO SETE

Rua Francisco Domingos Zardo, 26
85870597 | Foz do Iguaçu, PR



EFEITO SETE

SUMÁRIO

PREFÁCIO 8

AIRTON SIEBEN

LAZER, TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA LEGAL: NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR 12

RAFAEL FROIS
KHALLA RIBEIRO TUPINAMBÁ
BRUNO COSTA DA FONSECA
DEUZIVANIA CARLOS DE OLIVEIRA

PATRIMÔNIO CULTURAL, LAZER E ETNOTURISMO 19

FESTEJO DA ABOLIÇÃO E PATRIMÔNIO IMATERIAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA/MURICILÂNDIA-TO: POTENCIALIDADES PARA O TURISMO CULTURAL 20

KHALLA RIBEIRO TUPINAMBÁ
KÊNIA GONÇALVES COSTA
ARYSTÓTELES FRANKLYN CHAVES BORGES

**PRÁTICAS CULTURAIS DO POVO AKWË-
XERENTE: DESCOLONIZAR O LAZER** **39**

KHELLEN CRISTINA PIRES CORREIA SOARES
JOSÉ ALFREDO DEBORTOLI
BELENI SALETÉ GRANDO

**A EXPERIÊNCIA E OS DESAFIOS DO TURISMO
NA COMUNIDADE INDÍGENA “TRÊS UNIDOS”
DO POVO OMÁGUA/KAMBEBA** **60**

THARYN MACHADO TEIXEIRA
MARIO DOS SANTOS CRUZ

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS** **86**

**SANEAMENTO BÁSICO E AS TEMPORADAS DE
PRAIA NA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO,
TOCANTINS: OUVINDO AS VOZES DAS
COMUNIDADES RURAIS E RIBEIRINHAS** **87**

RENATA RAUTA PETARLY
WELISON PORTUGAL DE SOUZA
ANA ROSA CARVALHO DE OLIVEIRA
AURÉLIO PESSÔA PICANÇO

**“DE LONGE TODA SERRA É AZUL!”: AS
TRANSIÇÕES NO CERRADO E A BUSCA
PELO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL DO JALAPÃO**

108

CLEITON SILVA FERREIRA MILAGRES
WALDECY RODRIGUES
MARIA DO MAR PEREZ-FRA
ANA ISABEL GARCÍA ARIAS

**AS REGIÕES TURÍSTICAS DO BICO DO
PAPAGAIO E DO VALE DOS GRANDES RIOS
(TOCANTINS) À LUZ DO MAPA DO TURISMO
BRASILEIRO**

136

DIANINE CENSON

**ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA,
MEIO AMBIENTE E TURISMO DE BASE
COMUNITÁRIA**

157

**ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E
RESISTÊNCIA: REPRESENTAÇÕES DO
ASSENTAMENTO ILHA VERDE A PARTIR DA
IMPREENSA**

158

BRUNO COSTA DA FONSECA
FERNANDA RODRIGUES DOS SANTOS
DEUZIVANIA CARLOS DE OLIVEIRA

**PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA
INTERFACE COM O DESENVOLVIMENTO DE
COMUNIDADES NO NORTE DO TOCANTINS
E SUL DO MARANHÃO** **179**

ROSENI APARECIDA DE MOURA
CLEITON FERREIRA DA SILVA MILAGRES
POLIANA CARDOSO OLIVEIRA
ROBERTA SILVA

**O ECOMUSEU DA AMAZÔNIA E A
IMPLANTAÇÃO DE CIRCUITOS INTERATIVOS
DE TURISMO COMUNITÁRIO NA REGIÃO
INSULAR DE BELÉM: O ROTEIRO PATRIMONIAL
DE VISITAÇÃO NA ILHA DE COTIJUBA** **199**

JOÃO GABRIEL PINHEIRO HUFFNER
LETÍCIA LIMA DE FREITAS

**APA PÉ DO MORRO E A SUSTENTABILIDADE
DO TURISMO CULTURAL RELIGIOSO** **219**

STEPHANNI GABRIELLA SILVA SUDRÉ

**SOBRE OS ORGANIZADORES E
AUTORES DA OBRA** **238**

“DE LONGE TODA SERRA É AZUL!”: AS TRANSIÇÕES NO CERRADO E A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO JALAPÃO

FROM A FAR, EVERY HILL IS BLUE!”: TRANSITIONS IN THE CERRADO AND THE SEARCH FOR JALAPAO’S SUSTAINABLE REGIONAL DEVELOPMENT

CLEITON SILVA FERREIRA MILAGRES¹

WALDECY RODRIGUES²

MARIA DO MAR PEREZ-FRA³

ANA ISABEL GARCÍA ARIAS⁴

¹Professor Adjunto II do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas e do Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal do Tocantins (PROFIAP/UFT). Doutor em Desenvolvimento Regional (UFT).

²Professor do curso de Economia e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento em Regional (UFT). Pós-Doutor em Economia e Doutor em Estudos Comparados de Desenvolvimento pela Universidade de Brasília (UnB).

³Professora Titular de Escola Universitária no Departamento de Economia Aplicada da Universidade de Santiago de Compostela (USC) - Espanha. Doutora em Economia (USC).

⁴Professora Titular de Escola Universitária no Departamento de Economia Aplicada da Universidade de Santiago de Compostela (USC) - Espanha. Doutora em Economia (USC).

RESUMO

O bioma Cerrado foi palco de inúmeras ações em que o fator econômico teve maior peso do que o fator social e ambiental. Este estudo tem por objetivo apresentar as transformações do ponto de vista político e, legislativo ocorridas no cerrado brasileiro e como o Jalapão foi (trans)formado no discurso de uma região ecológica. Os principais resultados da pesquisa demonstram que os acontecimentos históricos ao longo das transformações que ocorreram no Jalapão, permitiram identificar três perturbações que afetaram a região ecológica, são eles: a criação das unidades de conservação, a exploração por meio da atividade turística e o agronegócio. A pressão ocasionada pelo mercado, tanto da exploração por meio da atividade turística, que se fez mais aguda com a criação das unidades de conservação pelo poder público, como do agronegócio, mantiveram a posição do jalapoeiro à margem desse processo de desenvolvimento. Entretanto, considerando os meios de vida da população, o estudo contribui para pensar o desenvolvimento em regiões onde a organização social dos atores locais torna-se uma alternativa para o enfrentamento dos problemas que afetam regiões ecológicas e, portanto, pode contribuir na formulação de políticas que fortaleçam a resiliência da comunidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Jalapão. Cerrado. Meios de vida.

ABSTRACT

The Brazilian savannah biome was the scene of numerous actions in which the economic factor had greater weight than the social and environmental factor. This study aims to present the transformations that occurred in the Brazilian savannah and how Jalapão was (trans)formed in the discourse of an ecological region. The data presented here is part of a doctoral thesis of the Postgraduate Program in Regional Development

at the Federal University of Tocantins. The main results of the research demonstrate that the historical events along the transformations that occurred in Jalapão, allowed to identify three disturbances that affected the ecological region, they are: the creation of conservation units, the exploration through the tourist activity and the agribusiness. The pressure caused by the market, both from exploration through tourism, which became more acute with the creation of conservation units by the government, and from agribusiness, maintained the position of the jalapoeiro on the fringe of this development process. However, considering the population's livelihoods, the study contributes to thinking about development in regions where the social organization of local actors becomes an alternative for facing the problems that affect ecological regions and, therefore, can contribute to the formulation of policies that strengthen community resilience.

Keywords: Regional development. Jalapão. Brazilian savannah. Livelihoods.

I. INTRODUÇÃO

O bioma cerrado foi palco de inúmeras ações em que o fator econômico teve maior peso do que o fator social e ambiental. Diversos foram os fatos históricos que contribuíram para as crises e transições na busca por um desenvolvimento em que estratégias sustentáveis, na maioria das vezes, não fossem contempladas. Acreditando em novas perspectivas para um desenvolvimento regional sustentável, assimilamos neste texto o conceito de sustentabilidade ambiental com forma de bem-estar social, que valorize a identidade local e a sociobiodiversidade da região.

Compreendendo que o Jalapão é tido como uma região ecológica a qual tenta articular a racionalidade ambiental, econômica e cultural, torna-se pertinentes estudos que analisem esta região, principalmente quanto à problemática da questão ambiental versus a exploração econômica dos recursos naturais.

Quando nos referimos que a busca por um desenvolvimento no âmbito regional seja sustentável não significa que pretendemos abordar mais do mesmo ou tentar esgotar as ideias que o permeiam, mas sim vislumbrar uma compreensão das transições ocorridas nos processos de desenvolvimento que privilegie “a inclusão do ser humano, valorizando a identidade e respeitando os princípios da diversidade” (CHACON; OLIVEIRA, 2012, p. 13), levando em consideração nesse processo os diversos fatos históricos que envolveram a conjuntura socioeconômica em que estava inserida.

Este texto foi adaptado de uma parte da tese de doutorado (MILAGRES, 2020) realizada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, e tem por objetivo apresentar as transformações ocorridas no cerrado brasileiro e como o Jalapão foi transformado no discurso de uma região ecológica, caracterizada por suas inúmeras unidades de conservação

e, ao mesmo tempo, pelo seu potencial turístico, que tem alterado os meios de vida da população e a dinâmica socioeconômica local, além das grandes áreas do agronegócio destinadas a soja.

A frase “*De longe toda serra azul!*” foi dita por um jalapoeiro e é um convite para o leitor perceber não só a existência de uma relação entre as políticas de desenvolvimento e a questão ambiental no Jalapão, mas também que estas pudessem ser compreendidas ao explorar a dinâmica temporal e espacial do que tem se tornado os meios de vida das pessoas que vivem nesta região. Para perceber as transições no cerrado e no Jalapão “é preciso chegar perto para ver de fato o que se tem lá”. Desta forma, apresentamos a seguir um contexto global sobre a criação das políticas governamentais no Brasil e que, de certa forma, orientaram o processo de transformação do cerrado brasileiro e, a partir deste olhar macro, apresentamos a (trans)formação do Jalapão.

2. O CONTEXTO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O CERRADO TRANSFORMADO

É importante mencionar que a busca e compreensão dos sentidos e das formas como as políticas governamentais foram elaboradas ao longo do tempo, na promoção do desenvolvimento, possui um certo sentido heurístico e que essas não encerram propriamente um ciclo, mas servem de apoio para outras que foram surgindo ou mesmo continuam em execução com novos ajustes na sua formulação ou implementação.

Warren Dean (1996) em sua obra clássica “*A Ferro e Fogo*” chamou a atenção da comunidade intelectual internacional ao se interessar pelas transições ocorridas no desenvolvimento histórico do Brasil e debateu questões que estiveram intrinsecamente ligadas

ao processo dicotômico de transição da sociedade agrária para a industrial, do trabalho escravo para o trabalho livre, do boom para a falência econômica, além de apontar numa narrativa complexa, uma crítica à ganância irrefreável com pouca ou nenhuma preocupação com o meio ambiente (SCHWARTZ, 1996).

Ao longo dos anos 1950, o Brasil conduziu os processos de industrialização também nas chamadas “periferias nacionais” (Norte e Nordeste) a fim de atrair empreendimentos privados externos à região-alvo, com isenção fiscal e financeira para reduzir os custos de instalação do capital produtivo (MONTEIRO NETO; COSTA; RESENDE; MENDES; GALINDO, 2017). Começava uma novo olhar das políticas governamentais para a transformação do cerrado brasileiro, principalmente no sentido de promover as áreas de expansão agrícola nessa região.

Nessa mesma época começou a ser construída a BR-153 (rodovia federal Belém-Brasília) que iniciou no governo do presidente Juscelino Kubitschek, e foi concluída em 1974, e a partir daí, um avanço da fronteira agrícola nos anos posteriores, que alterou a estrutura socioeconômica da ligação entre Goiás e a região Sudeste do Brasil e mudou substancialmente a dinâmica das novas cidades que surgiram às margens da nova rodovia (AQUINO, 1996; FEITOSA, 2011; OLIVEIRA, 2015) e conseqüentemente, ocasionou no processo de saída de populações que estavam as margens do estado para os novos centros urbanos que estavam sendo criados.

As décadas de 1960 e 1970 foram marcos da intervenção do Estado em políticas agrícolas e de modernização do meio rural a fim de construir novas dinâmicas produtivas e econômicas relacionadas às indústrias e aos mercados (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Essa forma de política nos anos 1970 tinha um viés desenvolvimentista, em que o governo aparecia como o proponente dos planos, mas também sustentado por interesses das grandes corporações, principalmente

do agronegócio (FERNANDES, 2015). É sabido, contudo, que a política regional dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) I e II (1972-1974/1975-1979) tiveram papel relevante na modernização das chamadas “periferias nacionais”, com gastos expressivos que acarretaram o crescimento econômico dessas regiões.

O aumento do desflorestamento coincidiu com a esteira da construção, em 1975, da estrada Transamazônica pelo então governo militar e, ao mesmo tempo, com as medidas de reflorestamento, do código florestal brasileiro que proibia a derrubada das matas, pois, havia um plano de conservação que, no entanto, se subordinava às metas do desenvolvimento econômico. Em meio a esse tempo de destruição (DEAN, 1996) a problemática ambiental já começava a ser debatida com mais amplitude pelos países desenvolvidos e a emergir no cenário mundial por conta do relatório “Os Limites do Crescimento”, publicado pelo chamado Clube de Roma. Esse documento estabelecia modelos globais em técnicas de análise de sistemas, projetados para prever como seria o futuro se não ocorressem ajustamentos nos modelos de desenvolvimento econômico adotados (DIAS, 2002).

Em consonância com tendências majoritárias de democratização política, programas de desenvolvimento buscavam reforçar a participação das populações pobres nos projetos de desenvolvimento rural implementados pelo Estado e suas agências técnicas (NICOLA; DIESEL, 2005), arremetida por um caráter exógeno e muito paternalista, que fora concebida para a promoção do desenvolvimento e a melhoria da condição de vida da população via investimentos em infraestrutura e o melhoramento da produção, porém com a adoção de uma perspectiva autoritária implícita para a solução dos problemas identificados e, conseqüentemente, da perpetuação de uma relação de dependência.

Nesse período, a ONU cria a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMD), que apresentou, com grande

repercussão, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, difundido pelo Relatório Brundtland. Concomitantemente, o debate ecológico avança no Brasil e em sua agenda política. Segundo Pádua (2016), esse fenômeno tem razões múltiplas: o carisma da Floresta Amazônica; a concentração de água doce no território; os muitos conflitos sociais em torno da posse e uso da terra, principalmente com os avanços sobre os biomas Amazônia e Cerrado; os muitos embates por conta da contaminação e da degradação do espaço vivido em consequência do processo de urbanização e industrialização ocorrido.

Por sua vez, a década de 1990 trouxe recortes setoriais para uma nova visão do desenvolvimento regional brasileiro, que são as abordagens territoriais, em que os territórios foram adotados como unidades de análise para a implementação de políticas públicas (GALVANESE; FAVARETO, 2014). Esse foco no território possibilitou, segundo os autores, reflexões para o desenvolvimento regional sob o ponto de vista da organização, participação, concertação e de processos exitosos de desenvolvimento, pois a institucionalização da participação popular provocou acordos entre agentes dos diferentes territórios, envolvendo poder público e privado em consenso sobre modelos de desenvolvimento mais condizentes com as realidades locais.

Por outro lado, a constituição de políticas públicas eram disputas territoriais por modelos de desenvolvimento determinados pelos interesses das corporações do agronegócio, que envolvia a formulação de novos elementos para a questão agrária. Enquanto no período desenvolvimentista o governo aparecia como proponente dos planos, no período pós-neoliberal ampliou-se as disputas entre as partes interessadas da sociedade pautadas não mais só nos propósitos das corporações, mas também na participação dos atores da agricultura familiar, bem como das suas organizações e movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2015). Essas abordagens territoriais

passaram a configurar um corpo de diretrizes e recomendações de organismos internacionais voltados para o financiamento de processos de desenvolvimento, permitindo balizar estratégias regionalizadas, baseadas em potencialidades e alternativas socioeconômicas provenientes das bases dos diferentes territórios.

Nos anos 2000, a perspectiva brasileira para a economia fora positiva, tanto no cenário macroeconômico interno como no ambiente externo. Esse cenário permitiu avanços em políticas de desenvolvimento, inclusive regionais, passando pelo esforço de uma nova forma de atuação do governo federal com a edição da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), lançada em 2004 no primeiro mandato do governo Lula e sancionada em 2007.

A PNDR foi inspirada na União Europeia, cuja ênfase estava na compreensão da dinâmica territorial multiescalar e no fortalecimento das vantagens competitivas, valorizando a diversidade regional do país em suas múltiplas dimensões – ambiental, socioeconômica e cultural. Entretanto, mesmo depois de quatro anos de sua apresentação, a execução da PNDR ainda não tinha sido instrumentalizada devido à falta de vontade política por parte das lideranças regionais (COELHO, 2017).

Um outro fator que ajuda a entender a mudança histórica envolvendo a questão ambiental brasileira relaciona-se à criação de áreas protegidas no país e o estabelecimento, em 2000, de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Para Cano (2017), a inclusão da temática ambiental nas discussões e políticas do desenvolvimento deveria ter como objetivos centrais não só uma avaliação atualizada da degradação praticada nas regiões pela expansão agromineral, por exemplo, mas também um balanço do custo-benefício regional do que ocasiona essa expansão incluída do debate que envolve a questão ambiental. Ou seja, para este autor a questão ambiental sempre esteve à margem dessas políticas que envolveram a economia brasileira.

Só para ilustrar, nas estratégias do PNDR, o Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, o setor agropecuário foi o que obteve maior contratação de recursos (cerca de R\$ 1,7 bilhão), alocados, em sua maioria, nos estados do Tocantins, Pará e Rondônia. Já no Plano Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC), o montante de contratos foi entorno de R\$ 611 milhões, sendo que metade deste recurso em contratos para o estado do Tocantins (BANCO DA AMAZONIA, 2014).

O que se percebe no âmbito da gestão ambiental é que a política do governo Lula foi: a) promoção do desenvolvimento sustentável, que passou a incorporar, além dos aspectos físico-materiais, a perspectiva social e econômica; b) a participação social nas tomadas de decisão, especialmente na estrutura do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA; c) o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA compartilhado entre o governo federal, estaduais e municipais e d) a inserção do princípio da transversalidade na pauta governamental que introduziu a questão socioambiental na agenda de todos os ministérios (LEANDRO et al., 2015).

No governo Dilma (2011-2015) foi preciso aumentar o estímulo ao investimento privado que já vinha sendo estimulado pelas ações do BNDES e o intento de dar continuidade ao projeto do governo Lula. A tentativa era conferir maior consistência à política econômica através do aumento dos investimentos privados, tornando o setor produtivo mais parceiro das mudanças em curso (CARLEIAL, 2015). Desta forma, o governo Dilma priorizou abertamente o crescimento econômico e a preocupação ambiental ficou bastante reduzida em suas ações de governo .

Uma das questões ambientais mais emblemáticas de seu governo foi a aprovação do novo código florestal em 2012 e uma campanha “Veta Dilma” que se instalou pelo país, atribuindo destaque internacional a causa das florestas no Brasil (LAMIM-GUEDES, 2013).

Esse movimento instaurado e amplamente divulgado fez com que a presidenta devolvesse ao Congresso Nacional a decisão sobre as florestas. Uma das preocupações que se tinha acerca do novo código era também sobre a Amazônia Legal. A decisão, no entanto, só foi tomada mais tarde a fim de evitar polêmicas quando o país estava sob só os olhares da conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

O ano de 2015 marcou o segundo mandato da presidente reeleita Dilma Rousseff e foi permeada por uma nítida distinção entre votos da região norte-nordeste com o restante do país, que culminou numa intensa polarização política e que, posteriormente, em meio a tantas articulações resultou em sua saída. No entanto, como ressaltam Cavalcanti e Venerio (2017) com base no contexto político e por razões aduzidas, formalmente o que se houve mais uma vez na história do Brasil foi um impeachment do ponto jurídico. Já do ponto de vista político, tratou-se de um golpe. Em outras palavras, como ressaltam os autores, forma de *impeachment* e conteúdo de golpe.

Assim, com o golpe de 2016 a presidente foi destituída do cargo e, seu vice, Michel Temer assumiu o poder. Entre 2016 e 2017, necessitando recompor o apoio de sua coalizão atendeu aos interesses da bancada ruralista e editou a lei 13465/2017 que alterou a Política de Regularização Fundiária da Amazônia (PRFA), conhecida como Programa Terra Legal, política lançada em 2009 pelo governo Lula. Segundo Cunha (2019) essas alterações feitas na PRFA estavam alinhadas ao ideário neoliberal e relegou o bem-estar da população para um segundo plano. Ou seja, a questão ambiental voltava a ser o centro das atenções, pois não sabia ao certo os rumos que a temática poderia obter em relação as novas políticas governamentais para o desenvolvimento regional.

Quanto ao o governo atual do presidente Bolsonaro, Cunha (2019) ressalta que a política deve manter essa perspectiva prejudicial

ao meio ambiente, pois desde o seu plano de governo apresenta-se o desprezo pelas questões ambientais. Ademais, o governo tem apoio de bancadas suprapartidárias fundamentalistas do Parlamento, que costumam votar contra os projetos conservacionistas. Ou seja, será um governo provocador do êxodo rural de agricultores familiares e de aumento nos desmatamentos da Amazônia (CUNHA, 2019), esse impacto também poderá trazer transtornos para a região da Amazônia legal e, conseqüentemente para o bioma cerrado.

Enfim, a trajetória do desenvolvimento no país não perpassa um único caminho, ela é um fenômeno social, que está relacionado ao comportamento da sociedade. Parece que, por parte de quem implementa políticas governamentais, há uma dificuldade de compreender a natureza subjetiva, axiológica e complexa do desenvolvimento, o que leva a “coisificar” o conceito em torno de objetos materiais (indústria, escolas, rodovias, hospitais, áreas de cultivo etc.), e raras vezes não se admite que o que interessa é a mudança e melhorar as situações e os processos (BOISIER, 1999). Ademais, é necessário que a sociedade civil esteja contemplada nessa dinâmica de desenvolvimento e na elaboração das estratégias, identificando não só os problemas e fragilidades que tornam as comunidades vulneráveis, mas também reconhecer os dilemas que limitam a construção e execução de projetos que contribuem com o desenvolvimento regional. No tópico a seguir, apresentamos a uma região tida como ecológica e os versos e reversos dessa transformação que colocou a população jalapoeira as margens dos processos de desenvolvimento.

3. A (TRANS)FORMAÇÃO DE UMA REGIÃO ECOLÓGICA: O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO JALAPÃO

Antes de mais nada, o Jalapão não é um lugar vazio. A afirmação

parece óbvia, mas o que tem resultado nas transformações ocorridas nessa região tida como “ecológica” não é consequência apenas do “boom” do turismo nas áreas de preservação ambiental, e como popularmente ficou conhecida a região pelo Brasil a fora e internacionalmente. Nem remete apenas ao imaginário de que o Jalapão foi por muito tempo tratado como um local tido como desértico, de vazio econômico, com quase sem nenhuma interferência humana sobre o meio ambiente. Muito mais do que uma sucessão de acontecimentos que transformaram o cerrado brasileiro, podemos tomar essas transformações que envolveram o contexto das políticas governamentais como um importante fator para refletir sobre o espaço onde elas ocorreram e sobre suas diversas relações conjunturais com as transformações ocorridas na região de cerrado e, conseqüentemente, com os meios de vida da população que habita o Jalapão.

Em nível de escala, é possível perceber como as transformações globais foram guiadas e supervalorizadas pelo Estado e por organismos internacionais para a (trans)formação local de uma região conhecida como Jalapão. Isto é, do ponto de vista da temporalidade, esse peso da história no presente e o processo de construção dessa historicidade, seja numa sociedade ou mesmo nas trajetórias individuais de vida, se alteram lentamente numa “*longue durée*”⁵ (BRAUDEL, 1965), em que se desenvolvem inúmeros processos socioeconômicos e políticos dos quais, apresentaremos a seguir.

Essa ideia de uma região vazia e sem valor por conta das dificuldades que se encontra para poder chegar e partir, se faz presente em registros históricos desde a carta do antigo estado de

⁵Longue durée: longa duração. É um conceito histórico criado pelo francês Fernand Braudel para abordar acontecimentos históricos que transcorrem em longa duração.

Goyaz, organizada em 1902 pelo agrimensor Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (Figura 1) em que apresentava o Jalapão como uma “região desconhecida e infestada pelos índios”.

Figura 1 – Recorte da região do Jalapão na Carta do Estado de Goyaz (AN, 1902)



Fonte: Adaptado de Santos (2013, p. 247-249).

Ainda que a carta já mencionava sobre essa “infestação indígena”, nota-se que o Jalapão não foi uma região inabitada, ao contrário, o local foi refúgio de muitas populações indígenas, como atestam estudos arqueológicos que registraram os processos de ocupação humana nessa região. Possivelmente, as dificuldades de acesso, que

impediam que fossem encontrados pelos brancos, e a riqueza de recursos naturais abundantes foram importantes atrativos para que os indígenas ali se instalassem e, também, para os escravos que fugiram do trabalho forçado das fazendas e formassem ali suas comunidades de resistência, conhecidas como quilombos. Esse imaginário a respeito do isolamento nessa região pode ser encontrado na tese de Brito (2016), que analisou alguns apontamentos sobre a ocupação do Jalapão e a representação que este possui para a formação da identidade territorial tocantinense.

A criação do Tocantins em 1988 foi um marco para a população do Brasil central que desencadeou um processo acelerado de mudanças socioeconômicas, com abertura de novas fronteiras e, com isso, inúmeros vilarejos tornaram-se cidades. O que não foi diferente na região do Jalapão em que vilas tornaram-se cidades, ainda que com grande dependência dos centros urbanos mais distantes.

Em sintonia com o avanço do debate ecológico no Brasil e da Política Nacional de Meio Ambiente, o governo federal criou no mais novo estado brasileiro a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de Tabatinga. Essa área de preservação, de cerca de 42 mil hectares, foi a primeira unidade de conservação (UC) a ser instalada na região do Jalapão tendo por propósito a conservação da fauna e da flora local e a proteção das nascentes do rio Parnaíba, de maneira a assegurar a qualidade das águas e a vazão dos mananciais da região (BRASIL, 1990).

A região tida até então como desértica e de rica biodiversidade atraiu novos olhares por parte dos governos federal e estadual, passaram não só a ver o lado da conservação ambiental mas também a incentivar a produção do artesanato de capim dourado (*Syngonanthus nitens*) como uma nova fonte de renda para as famílias, vislumbrando a delimitação de novas áreas de conservação e preservação ambiental e a atividade de ecoturismo. Em 1995 o Tocantins cria o Sistema

Estadual de Planejamento e Meio Ambiente para organizar uma política ambiental para o Estado e, no mesmo ano, instaura o polo turístico do Jalapão.

Segundo Chagas (2007), essa exploração turística do Jalapão não foi uma iniciativa espontânea da população, que percebeu na biodiversidade local uma forma de obter recursos financeiros, mas sim do governo estadual e de alguns agentes privados que viram no turismo uma estratégia de negócio para a região e, portanto, era necessário investir em estrutura para o seu funcionamento. Nessa época uma reportagem veiculada pela Rede Globo de Televisão, a pedido do mesmo governo, colocou o Jalapão na mídia brasileira e foi responsável, por consequência, pela intensificação do turismo de aventura na região e destacou o artesanato feito de capim.

Outro elemento de destaque para o Jalapão foi o convênio firmado entre o estado do Tocantins e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a execução de uma cooperação técnica não reembolsável, um subsídio concedido como doação para financiar atividades diversas com base num projeto que implicou até 2004 o montante de US\$ 1,3 milhão, dos quais US\$ 750 mil seriam aporte do Fundo Especial do Japão do BID e US\$ 587 mil do estado. A concepção do programa foi baseada, sobretudo, em estabelecer uma infraestrutura nas unidades de conservação de modo que o controle e monitoramento dessas áreas fossem privilegiados e, ao mesmo tempo, promovesse o ecoturismo. No início a comunidade teve resistência em aderir às ações propostas pelo programa, o que pode ser explicado por não os envolver no controle e atribuído esse papel de implementação apenas ao governo estadual.

É importante, destacar que as UCs que foram criadas na região do Jalapão não levaram em consideração a comunidade tradicional que mora e faz uso e manejo dos recursos naturais. O discurso utilizado na época é que o Jalapão era coberto de áreas vazias. Num

período de três anos, quatro novas UCs foram criadas na região: APA Jalapão (ano 2000), Parque Estadual do Jalapão (2001), Parque Nacional do Rio Parnaíba (2002) e Estação Ecológica das Serras Gerais do Tocantins (2001). Concomitantemente, nesse período se implementou o PROECOTUR Amazônia, um programa que visava o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal e que tinha o componente ambiental como uma de suas prioridades, inclusive de desapropriação de comunidades locais para que novas unidades de conservação fossem criadas em decorrência das exigências do Programa (CHAGAS, 2007).

Segundo reportagem do portal de notícias do governo do Tocantins⁶, em 2018 houve um aumento de 34% nas visitas turísticas e os atrativos do parque e as dunas receberam uma média de 20 mil visitantes, cerca de 5 mil a mais que no ano anterior. O mês de julho de 2017 registrou um total de 3.172 turistas, conforme relatório do

⁶Disponível em: portal.to.gov.br. Acesso em: 10 jul. 2019.

⁷Disponível em: naturatins.to.gov.br. Acesso em: 10 jul. 2019.

⁸O único registro realizado até então pelo Naturatins, do qual tive conhecimento durante o trabalho de campo, é feito mediante planilha de controle na entrada das dunas. O acesso às dunas se dá entre as 14h e as 17h30. O período da manhã é destinado a pessoas com autorização especial e que tenham como objetivo realizar estudos, produzir imagens de uso comercial do local ou turmas escolares. No entanto, cabe ressaltar que a partir de 2020 as dunas passaram a abrir para visitação tanto na parte da manhã como à tarde. Segundo o portal GI, a visitação às dunas em novo horário é fruto de uma parceria da prefeitura de Mateiros com o Naturatins, em que agentes ambientais são capacitados para atuar nas UCs e auxiliar no controle das visitas. Sobre o balanço da Naturatins, é importante ressaltar que se trata especificamente das visitas nas dunas e que, por diversas razões, incluindo a questão do horário, muitas pessoas deixam de visitar o atrativo e acabam fazendo outros roteiros e não são contabilizados como visitantes do Jalapão. Levando em conta que a Cachoeira da Formiga é um outro atrativo turístico aberto diariamente, um número maior de turistas pode ter visitado o Jalapão, caso o controle tivesse sido feito nesse outro atrativo, por exemplo.

Naturatins, ressaltou a reportagem. Vale ressaltar que o número de visitantes no mês de julho em Mateiros, local onde situam-se as dunas e os atrativos do Parque Estadual do Jalapão (PEJ), foi de 42,69% a mais que a população total do município. O portal do Naturatins⁷ informa que o balanço de visitas realizado pela instituição no ano de 2018 totalizou 32.246 pessoas que visitaram as dunas, um dos principais atrativos turísticos do Tocantins, sendo 12 mil pessoas a mais que o ano de 2017⁸. Quanto ao ano de 2019, o G1⁹ informou que o PEJ terminou o ano com um total de 39.466 visitantes.

Ainda que o turismo tenha melhorado as condições econômicas do jalapoeiro, o setor de turismo cresceu externamente com as inúmeras empresas que exploram a região ecológica do Jalapão. Esse aumento é preocupante no que toca a sustentabilidade local, uma vez que o “viver o modo jalapoeiro” dura apenas cinco dias (o tempo médio de um roteiro turístico no Jalapão) e os turistas deixam resíduos em todos os locais por onde passam – com a agravante de que não há uma boa estrutura de saneamento básico no Jalapão.

Segundo o Naturatins (2020), cerca de 90 empresas operadoras turísticas estão aptas a exercer a atividade no Jalapão. No entanto, muitas ainda o fazem de forma ilegal, o que se torna um gargalo para o ordenamento turístico do Jalapão. Uma outra notícia no portal do Naturatins informou que em poucos dias de atuação em campo, fiscais lavraram 11 autos de infração contra empresas e guias de turismo que atuavam irregularmente na área do Parque Estadual do Jalapão. Ainda segundo a nota, as operadoras estavam sem autorização do órgão ambiental ou com a licença vencida e não poderiam fazer o transporte de turistas no local. As multas foram aplicadas apenas durante cinco dias no período de Carnaval de 2020 e somaram R\$ 34 mil.

Ainda que os atrativos carreguem em si uma beleza cênica, carecem de infraestrutura e de regulação. Mas nota-se que esse é

⁹Portal de notícias da Globo: g1.globo.com. Acesso em: 10 jul. 2019.

um fluxo em que o produto do campo se torna dinheiro para o ciclo da mercadoria na cidade. Muitos pacotes turísticos são regularmente comercializados e muitas residências no Jalapão viram seus vizinhos tornarem-se pousadas, dinamizando também o setor de serviços dos municípios.

Não bastasse as UCs criadas, outra alteração na paisagem ocorreu no início dos anos 2000, que foi a expansão das áreas de soja e o fortalecimento do agronegócio. Essa expansão foi delimitada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de território MATOPIBA, um acrônimo que envolve os estados do Maranhão, com participação de 33% do seu território; Tocantins, com a maior participação, 38%; Piauí, com 11%, e Bahia, com 18%. A região é caracterizada pelo bioma Cerrado, com predominância de 91%, e o restante nos biomas Amazônia, com 7%, e Caatinga, 2% (FONSECA E MIRANDA, 2014).

O que se pode notar é que a situação dos jalapoeiros, e conseqüentemente seu modo de vida na região, começou a ser mudado. A pressão ocasionada pelo mercado, tanto da exploração por meio da atividade turística, que se fez mais aguda com a criação das unidades de conservação pelo poder público, como do agronegócio, mantinham a posição do jalapoeiro sempre à margem desse processo de desenvolvimento. Com o passar dos anos, a normatização do uso e manejo dos recursos naturais produziu novas práticas adotadas por jalapoeiros na região ligadas ao turismo, como o surgimento de restaurantes e pousadas, entre outros serviços para os turistas. Vale ressaltar que essa dinâmica ocorreu, e ainda ocorre, sem um ordenamento turístico na região.

Em meio a todas essas questões, a disputa territorial que envolve as áreas protegidas ganhou notoriedade com o reconhecimento, em 2005, das comunidades quilombolas cujas áreas foram sobrepostas pelas unidades de conservação – situação que permanece até

hoje. Essa disputa mudou, de certa forma, a conjuntura do terreno disputado quando as comunidades foram reconhecidas junto à Fundação Palmares e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), porém as famílias não possuem o título da terra em virtude de as áreas protegidas também serem reconhecidas como unidades de conservação de proteção integral e por estarem registradas como propriedades privadas, não de familiares dos quilombolas. E pode-se questionar: Se são unidades de conservação, como podem se registradas como propriedade privada? Pois bem, a questão da regularização fundiária no Jalapão é um dilema e o conflito está presente nessa disputa territorial, ambiental e cartográfica. A luta por terra dessas comunidades tradicionais é uma reivindicação por território e deve haver um reconhecimento do Estado acerca da importância de se garantir a autonomia desses jalapoeiros como forma de colocá-los na discussão ambiental que envolve o desenvolvimento ecológico dessa região.

As lutas pela demarcação do território e pelo reconhecimento das identidades tradicionais “são uma forma de resistência mais eficaz e imediata às ‘agroestratégias’ do que outras modalidades de luta e reivindicação fundiárias” (GUEDES, 2013, p. 42-43). Apesar das divergências conceituais entre a conservação da natureza e o tema do agronegócio, há uma convergência entre tais temas para a comunidade jalapoeira que foi “atingida” e que teve de se adaptar diante das transformações ocorridas. Esta convergência é encontrada nos discursos sobre geração de emprego e renda.

Um outro problema que acarretou para os jalapoeiros que estão inseridos nas unidades de conservação foi o acesso ao capim dourado, o que fez com que o estado criasse uma regulamentação para controlar o manejo e a colheita do vegetal, restringindo o acesso às áreas que antes eram tidas pela comunidade tradicional como de acesso comum. Cabe destacar que as comunidades tradicionais não

são as devastadoras de fato do cerrado brasileiro, pelo contrário, desde sempre fizeram seu manejo e sempre pautaram pela conservação, haja vista a sua própria dinâmica de lidar com o meio ambiente e com as características particulares desse bioma.

O capim, que tornou uma importante fonte de renda para as famílias jalapoeiras, sofreu as consequências por conta do crescente turismo e ao mesmo tempo do controle de uso e manejo dos recursos tradicionais, houve um aumento pela busca dessa matéria-prima e um problema no ciclo de vida da espécie. Pode parecer estranho para a interpretação do leitor e ainda questionar: se houve um controle de uso e manejo para o capim dourado a partir da criação de uma unidade de conservação de proteção integral como poderia ocorrer um problema no ciclo? A resposta é tida como unânime entre a população jalapoeira: as pessoas estão buscando a matéria prima sem se preocupar com a dinâmica que o sistema tradicional de manejo exige. Sabe-se que a questão do contrabando é uma realidade e que falta fiscalização na área de acesso comum para ajudar no efetivo controle da extração e na garantia de que um novo ciclo para a próxima colheita seja de fato realizado. Alguns agentes externos do turismo preocupa apenas em atender a parcela de mercado e não entende a dinâmica cultural de sustentabilidade do cerrado.

Em 2011, cria-se o corredor ecológico do Jalapão com o objetivo de reforçar a conservação dos ecossistemas da região, por meio do fortalecimento da integração entre as unidades de conservação federais e estaduais junto às comunidades do Jalapão, permitindo a elaboração de um planejamento participativo para definir as estratégias e as ações necessárias para manter ou restabelecer a conectividade ecológica entre as áreas protegidas da região.

Um outro problema que também esteve intimamente ligada ao manejo do capim dourado foi a proibição, durante a criação e implementação das UCs, do uso do fogo. A dimensão dos incêndios afetava as áreas de acesso comum e, conseqüentemente

atingia as áreas de capim dourado, uma fonte de renda para as famílias locais. No ano de 2012, o Projeto “Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado”, conhecido como Projeto Cerrado-Jalapão, aprimora o Manejo Integrado do Fogo (MIF) com o apoio dos jalapoeiros, contribuindo para a conservação da biodiversidade. O projeto é fruto da cooperação entre Brasil e Alemanha e apoia a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), que preveem a redução de 40% das emissões de CO₂ oriundas de mudanças de uso da terra e florestas no Cerrado até 2020 (MMA, 2014).

Em 2016, todas as instituições que se caracterizam ou se relacionam com as áreas protegidas na região que abrange o corredor ecológico formaram o Mosaico do Jalapão. Composto pelos 17 municípios que compõem o corredor ecológico, o mosaico abrange as unidades de conservação e as áreas estratégicas que limitam essas unidades, e a gestão dele conta com o poder público, ONGs, instituições de ensino e pesquisa, empresas privadas e sociedade civil organizada. Todas essas organizações estão inseridas numa estrutura de governança denominada Conselho Consultivo do Mosaico do Jalapão, instituído pelo Ministério do Meio ambiente. Embora forças externas possam impactar na comunidade e os atores locais têm a possibilidade de atuar como agentes ativos, o envolvimento dos membros da comunidade é uma forma de influenciar o seu bem-estar e assumir papel de liderança ao fazê-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Jalapão é conhecida nacional e internacionalmente por sua rica biodiversidade e aposta turística. A trajetória de desenvolvimento do lugar Jalapão pode ser pensada devido às inúmeras

unidades de conservação que foram criadas e, conseqüentemente, à fonte turística que os ativos ambientais localizados na área de preservação possibilitaram, como fonte de renda para a população local. Além disso a expansão agrícola tem aumentado gradativamente, principalmente por meio da soja, uma vez que a região do Jalapão está situada no território denominado de MATOPIBA (FONSECA E MIRANDA, 2014).

No entanto, a implantação das UCs causou graves impactos à continuidade das práticas sociais das famílias que viviam na área demarcada. Além da desapropriação dos proprietários, que já deveria ter ocorrido, existem nessas áreas comunidades protegidas reconhecidas como quilombolas. Ainda assim, é notório observar que as UC impedem, em caráter normativo o avanço da soja no cerrado. O que se percebe na trajetória de desenvolvimento do Jalapão é que este é um espaço que culminou na criação de um território em disputa e, por isso, cria-se um certo estranhamento em tentar apontar fatores condicionantes e fatores determinantes haja vista que se tratam de dilemas para o desenvolvimento dessa região.

Sendo assim, a capacidade de disputar um lugar diante das transformações ocorridas no Jalapão é resultante de uma forte pressão antrópica, seja pela restrição dos usos tradicionais nas comunidades, pela alto valor ecológico turístico explorado na região, seja pela expansão da soja ao redor das áreas protegidas, o que permite trazer contribuições para o debate atual sobre as inúmeras concepções de desenvolvimento, o que requer reflexões e novas pesquisas.

O que se tem notado nas políticas governamentais para o cerrado é que se preocupam mais com a atividade econômica e ambiental que abrangem o território, como é o caso do Jalapão, e esquecem da atividade humana. O jalapoeiro esteve na posição marginal em relação as unidades de conservação que foram criadas, ao uso e manejo tradicionais que foram regulados, ao zoneamento econômico

ecológico que beneficiou os proprietários de soja e a prática de que o turismo resolveria os problemas locais.

Em outras palavras, o que se tem notado nas transformações é que o espaço de vida do jalapoeiro transformou-se também num cenário para a manifestação turística, o que gradativamente tem gerado renda para algumas famílias.

Assim, considerando os meios de vida da população jalapoeira é importante destacar que tanto o passado quanto o presente estão inseridos nas experiências dos indivíduos e que os processos sociais não se encontram afastados da realidade política, cultural e histórica. A identidade do jalapoeiro pode ser entendida como uma metáfora para a resistência dessas pessoas que vivem num território que passou por inúmeras transformações sociais, econômicas, ambientais e culturais.

No caso do Jalapão, a região necessita de uma análise que relacione os dilemas da comunidade com as possibilidades de desenvolvimento, porém que não exclua a potencialidade ambiental que a região possui, nem tão pouco, as características socioeconômicas do local, mas que a governança seja pensada a partir dos atores que foram afetados pela criação de uma região reconhecida, não só como ecológica, mas também de expansão agrícola e turística.

REFERENCIAS

AQUINO, N. A. **A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

BANCO DA AMAZONIA. **Relatórios de atividades FNO 2014**. Belém: Banco da Amazônia, 2015.

BOISIER. Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 19, jun. 1999.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. A longa duração. **Revista de História**, v. II, n. 62, p. 261-294, abr./jun. 1965.

BRASIL. **Decreto nº 99.278, de 6 de junho de 1990**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) nos Estados do Maranhão e Tocantins, e dá outras providências.

BRITO, Eliseu Pereira de. **Itinerários de uma identidade territorial na invenção do ser tocantinense**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

CANO, W. Prefácio. In: MONTEIRO NETO, A; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, C. A. (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 11-20.

CARLEIAL, L. M. da F. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 201-214, dez. 2015.

CAVALCANTI, B. M.; VENERIO, C. M. S. Uma ponte para o futuro?: reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de informação legislativa: RIL**, v. 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017.

CHACON, S. S.; OLIVEIRA, F. C. de. **Diversidade e identidade: criando acessos para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 396p.

CHAGAS, R. P. das. **Políticas territoriais no estado do Tocantins**: um estudo de caso sobre o Jalapão. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COELHO, V. L. P. Política regional do governo Lula (2003-2010). In: MONTEIRO NETO, A; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, C. A. (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 65-98.

CUNHA, P.R. O novo governo e a Amazônia: desproteção ambiental e privatização de terras públicas. **Confins**, 501, 2019.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.

DIAS, G. F. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. São Paulo: Gaia, 2002.

FEITOSA, C. O. **Do antigo norte de Goiás ao Estado do Tocantins**: elementos de uma economia em formação. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2011.

FERNANDES, B. M. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FONSECA, M. F.; MIRANDA, E. E. de. MATOPIBA: **Quadro Agrário**. 2014. Disponível em: www.embrapa.br/gite/publicacoes/NT6_QuadroAgrario.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

GALVANESE, C.; FAVARETO, A. Dilemas do planejamento regional e as instituições do desenvolvimento sustentável: a hidrelétrica de Tijuco Alto e o Vale do Ribeira. In: FAVARETO, A.; MORAZEZ, R.(org..). **Energia, desenvolvimento e sustentabilidade**. Porto Alegre: Zouk, 2014.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. 2014, vol. 52, pp.125-146.

GUEDES, A. D. Lutas por terras e lutas por território nas Ciências Sociais brasileiras: fronteiras, conflitos e movimentos. In: H. Acselrad (Org) **Cartografia Social, Terra e Território**. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. 318p.

LAMIM-GUEDES, V. O Código Florestal Brasileiro: divergências entre a política e evidências científicas. **Holos Environment**, v. 13, n. 2, p.122-129, 2013.

LEANDRO, L; GOMES, C; CASTRO, K. N. V; CASTRO, E. M. N. V. O futuro da gestão socioambiental: uma análise crítica sobre a crise ambiental brasileira. **Journal of Environmental Management and Sustainability**, v. 4, n. 2, maio/ago. 2015.

MILAGRES, C. S. F. **O Sistema Socioecológico do Jalapão e os dilemas para o desenvolvimento regional**: transformações, capacidade adaptativa e resiliência comunitária. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **PPCerrado**: Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas

no Cerrado: 2ª fase (2014-2015). Brasília: MMA, 2014.

MONTEIRO NETO, A; COSTA, M. A; RESENDE, G. M; MENDES, C. C.; GALINDO, E. P. Desenvolvimento territorial no Brasil: reflexões sobre políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento. In: In: MONTEIRO NETO, A; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, C. A. (org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

NICOLA, M. P; DIESEL, V. Tendências e desafios do monitoramento e avaliação do desenvolvimento rural local e sustentável. In: BRUMER, A; PINEIRO, D (org.). **Agricultura latino-americana: novos contextos e velhas questões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. P. 315-334.

OLIVEIRA, N. M. de. **Desenvolvimento regional do território do Estado do Tocantins: implicações e alternativas**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Toledo, PR, 2015.

PÁDUA, José Augusto. Os fundamentos históricos da conservação florestal no Brasil. In: SILVA, S. D. et al. (org.). **Ensaio em ciências ambientais: riscos e racionalidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

SANTOS, R. M. dos. **O gê dos gerais: elementos de cartografia para a etno-história do planalto central: contribuição à antropogeografia do cerrado**. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SCHWARTZ, S. B. “Prefácio”. In: DEAN, W. **A ferro e fogo: a história a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

MILAGRES, C. S. F; RODRIGUES, W; PEREZ-FRA, M. M; ARIAS, A. I. G. **135**